

Clinton no Éden: os Estados Unidos da América como a «nação indispensável»*

* As opiniões e informações contidas neste trabalho apenas vinculam o seu autor.

NUNO FILIPE BRITO

Diplomata

Chefe de Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional

«As we enter the 21st century, we must make a commitment to remain true to the legacy of America's leadership – to make sure America remains the indispensable nation, not only for ourselves, but for what we believe in and for all people of the world. That is our burden. That is our opportunity. And it must be our future»¹.

Do império do mal aos males sem império

Imagine o incauto leitor destas linhas o seguinte jogo de guerra: o Japão ataca de surpresa os Estados Unidos, mas Pearl Harbor não se repete. Tóquio procura destruir em simultâneo a credibilidade de Wall Street e do Federal Reserve através de sofisticadas operações electrónicas de engenharia financeira. Descobre-se ainda que o Japão desenvolveu clandestinamente mísseis balísticos dotados de ogivas múltiplas nucleares. Para complicar ainda mais a vida aos norte-americanos, coloque a China e a Índia a actuar militarmente em concertação com Tóquio. Finalmente, adicione a esta já explosiva receita a anexação do Iraque pelo Irão, um ataque deste contra as monarquias da península arábica, acompanhado por operações terroristas atingindo a própria Casa Branca e envolvendo a utilização de uma devastadora arma bacteriológica...

Mas não desespere! Washington prevalece contra todos os ataques, com o apoio de alguns dos suspeitos habituais – Israel, a Europa, etc. – e da Rússia (leu bem, refiro o ex-império do mal), sendo decisiva a esmagadora superioridade tecnológica e militar demonstrada pelas forças norte-americanas.

Ficção? Certamente. Descrevemos apenas partes do enredo dos dois últimos «best sellers» assinados por Tom Clancy², um escritor à procura de um papel nestes nebulosos tempos pós-Guerra Fria. E, todavia, se olharmos com atenção para o cenário descrito, constatamos que a arte também imita a vida, visto que nele se projectam alguns dos elementos caracterizadores da conjuntura internacional. Com efeito, para além do desaparecimento de uma ameaça militar global, após a implosão da União Soviética³, assiste-se à gestação de «novos» males – como as agressões ambientais, o aumento do risco de proliferação de armas de destruição maciça, movimentos migratórios descontrolados, a propagação de epidemias (sida) e a intensificação do tráfico de drogas proibidas – assim como ao recrudescimento de maleitas antigas, de que as erupções de nacionalismo exacerbado constituem uma manifestação digna de nota.

Neste quadro, convirá não olvidar também alguns dos efeitos perversos da crescente internacionalização das economias⁴.

William Jefferson Clinton é o primeiro Presidente norte-americano, desde 1945, cujo desempenho em sede de política externa não será medido em função do modo como enfrentou uma «ameaça» directa, clara e inquestionável contra o interesse vital do seu país. É também o dirigente máximo de uma potência que acaba de herdar, após o funeral do império soviético, uma situação única de proeminência global política e militar. Em última análise, fruto da revolução tecnológica a que tem presidido. Embora os bárbaros continuem à espreita, Roma revive momentaneamente nas margens do Potomac, sentindo-se protegida no interior das suas fronteiras. Mas como poderão as suas legiões e a sua máquina diplomática manter a primazia do império sem o arruinar no mesmo processo?

Uma vez mais, os Estados Unidos enfrentam o desafio de dirigir a reconstrução de uma ordem mundial, ocupando tal desiderato o centro da formulação da sua política externa⁵. A escolha de um objectivo de actuação deixou de ser dilemático. No recente discurso proferido em Detroit, Clinton indicou sem ambiguidade que a América deve assumir o fardo do homem branco – é dele a expressão «burden of American leadership»⁶ – e tornar a sua liderança «uma realidade ainda mais poderosa no século xxi»⁷.

Este processo de recomposição da sociedade internacional é acompanhado por uma alteração da ordem «natural» das coisas na atmosfera política norte-americana. Republicanos e democratas olham para um país que, momentaneamente, parecia ter perdido o seu compasso político. O pessimismo instala-se no final da Administração Bush, o que leva Clinton a concentrar as suas baterias no combate aos «males» domésticos, sobretudo na frente económica. Esta perspectiva condicionou o seu comportamento externo no primeiro mandato, dando por vezes uma imagem de aparente inépcia, que se encontra muito longe de corresponder à realidade. O semanário *The Economist* chegou a sustentar, em 1994, que em política externa o Presidente «é simplesmente embaraçoso». Não obstante se tratar de um homem educado em estabelecimentos de ensino superior considerados sofisticados e elitistas: Georgetown, Yale e Oxford (como Rhodes Scholar). E não compreendendo também que Clinton, um Novo Democrata, pertence a uma geração mais movida por uma visão pragmática da política do que refém de grandes princípios políticos.

Numa lúcida e oportuna análise, Sidney Blumenthal escreveu em Outubro último o seguinte: «...The Clinton Administration is yet of another generation. It is meritocratic to its core, composed of the middle class risen through the professions, and not emanating from the “Wasp Ascendancy”. The bad war, not the good one, was their formative experience»⁸. E acrescenta, aludindo à corrente paisagem política do seu país: «Once again Washington presents a vista of ruins, but ruins constantly under construction»⁹.

E como pode ser construída uma fundação sólida sobre um caudal de magma político?

Dia da independência

A ausência de uma ameaça externa perceptível retirou aos negócios estrangeiros o papel de relevo que lhe foi tradicionalmente atribuído nas campanhas eleitorais para a Casa Branca ocorridas desde o último conflito mundial. Em 1992 Clinton conseguiu bater um Presidente bem sucedido na esfera externa, persuadindo o eleitorado de que George Bush havia cometido um pecado capital: teria negligenciado a economia norte-americana. Em vários momentos subsequentes, Clinton pareceu mesmo ter desejado transformar a política externa num «non issue», obedecendo ao adágio «all politics is local politics».

A mensagem parece ter resultado, a avaliar pela falta de um debate sério neste domínio no decurso da recente campanha para as eleições presidenciais, se descontarmos a desastrosa tentativa de Bob Dole de construir um «Asia Gate» em torno de contribuições financeiras indonésias destinadas ao candidato democrata. Thomas L. Friedman captou bem este estado de espírito num acutilante artigo intitulado «Questions for the Candidates About America Foreign Policy»¹⁰, onde, após constatar que a política externa «tem estado desaparecida em acção» do debate presidencial, sugeria ironicamente a ambos os candidatos que indicassem dois importantes temas de actuação externa para 1997.

Outros analistas afinaram pelo mesmo diapasão¹¹, assinalando a ausência de pontos de vista verdadeiramente divergentes neste domínio entre republicanos e democratas. Mesmo os influentes diários *The New York Times* e *Washington Post* dedicaram fracções mínimas dos seus editoriais de apoio a Clinton à área da política externa¹², o que é significativo.

Sem dragões para matar, Clinton vê-se impossibilitado de desempenhar o papel de S. Jorge. De facto, «the vision thing» tem estado exilada das preocupações externas da actual Administração¹³. No entanto, melhor do que os seus opositores – e, por isso mesmo, imbatível nos contactos com os eleitores –, Clinton sabe que os norte-americanos querem dirigentes com capacidade para imaginar um futuro melhor. Alguém que renove a profissão de fé numa América maior e mais poderosa¹⁴. Para tanto, o Presidente terá de corrigir neste segundo mandato o comportamento algo imprevisível a que nos habituou nos últimos quatro anos, o qual o sujeitou a qualificações nem sempre lisonjeiras: para uns, ele seria «a man without a bottom line», incapaz de se deixar guiar por qualquer princípio¹⁵; para outros, ele ter-se-ia revelado incapaz de articular uma doutrina de acção externa coerente para o pós-Guerra Fria, conquanto tivesse sido capaz de compilar «um registo de política externa»¹⁶; noutra perspectiva similar, ele seria um especialista em «ad hocracia» ou em «case-by-caseism»¹⁷.

Clinton descobriu nos últimos dois anos que os temas internacionais também podem render votos. Verificou ainda, se o não havia entendido antes, que em situações de crise – como na Bósnia – os Estados Unidos podem de facto ditar a diferença entre a paz e a guerra. Mais, não terá deixado de constatar que Washington ocupa a posição singular de ainda poder escolher com relativa facilidade as zonas do globo em que deseja intervir, bem como o grau da intervenção. No momento presente, os Estados Unidos são de facto «a nação indispensável», o que poderá levar o Presidente norte-americano a abandonar-se à tentação de tentar construir no seu último mandato uma imagem de estadista ou, até mesmo, de «peacemaker»¹⁸. Sobretudo se a economia do seu país continuar a funcionar em bom ritmo, permitindo-lhe cultivar outras «paixões».

O recente discurso de Detroit deve ser lido sem displicência. Mais do que uma interessante peça de propaganda eleitoral, ele deverá ser interpretado como uma intervenção de um Presidente que, no virar do século, pretenderá não desperdiçar a oportunidade de deixar na esfera internacional uma marca relevante da sua governação. A sua mensagem básica é a de que a América quer e deve liderar o próximo século. Como? Nas suas palavras, «usando a diplomacia onde possível e a força onde necessário»¹⁹.

E com que objectivos prioritários? Eles serão três: a construção de um sistema de comércio aberto, a redução das armas de destruição maciça e o combate ao terrorismo (aqui apregooou um nível zero de tolerância). Mas o Presidente vinca bem a ideia de que a América não pode, nem deve, tentar ser «o polícia do mundo».

Em síntese, Clinton rejeita «in limine» qualquer opção isolacionista, para abraçar um internacionalismo pragmático, animado por uma visão optimista do século xxi, que ele antevê nos seguintes termos: «...a century in which the blocks and barriers that defined the world of previous generations will continue to give way to greater freedom, faster change, great communications and commerce across national borders, and more profound innovation than ever before; a century in which more people than ever will have the chance to share in humanity's genius of progress»²⁰.

Este estado de espírito, nem abertamente intervencionista, nem isolacionista, aliado à ideia de que os Estados Unidos serão a única potência em condições de decidir do seu próprio destino, abre as portas a uma postura externa destinada a preservar uma «hegemonia global benevolente»²¹ ou, por analogia com outra época, uma hegemonia iluminada. Ressalvadas as devidas proporções, Clinton preside a um império tecnológico e militar cujas capacidades de crescimento parecem longe de estar esgotadas.

Pode mesmo dizer-se, talvez sem um excesso de dramatismo, que o fim da Guerra Fria representou para Washington uma espécie de segundo dia de independência²². O que, em larga medida, justifica a travessia pacífica – quase idílica – de Clinton pelos reinos da política internacional durante o mandato agora terminado. Contudo, o idílio poderá ser breve, caso a nova Administração tome o gosto pela adopção de medidas externas de cariz unilateralista – como a despropositada lei Helms-Burton – ou se, recorrendo a dois conceitos do escritor Douglas Coupland, num período de «historical overdosing» a Casa Branca ficar contagiada pela doença de «option paralysis», isto é, a tendência para nada fazer perante possibilidades de escolha (aparentemente) ilimitadas²³.

«It's the economy, stupid»²⁴

Se existe uma doutrina Clinton em matéria de política externa, a sua âncora será uma perspectiva geo-económica das relações internacionais. Ela terá como objectivo primário acorrentar os grandes blocos comerciais – a União Europeia e o Japão + restante apec – à economia ainda preponderante dos Estados Unidos. Martin Walker²⁵ observa com pertinácia que Clinton conseguiu construir internamente um novo consenso, com o apoio de Robert Dole e Newt Gingrich, sobre o modo como Washington deveria agir além-fronteiras. Um consenso baseado num mundo dominado por democracias, relacionando-se através de um sistema de comércio livre, e liderado pelos Estados Unidos, que funcionariam como charneira e válvula de segurança da ordem estabelecida. Só através de um sistema de liberalização do comércio seria também possível forjar-se uma nova ordem económica internacional susceptível de estimular o crescimento global e o emprego.

O primeiro elemento a reter na formulação da política externa da Administração Clinton é, a meu ver, a ideia de que não há uma separação entre os aspectos internos e externos da sua actuação. «We have to take down that artificial wall in our mind that this is completely a foreign policy issue and this is completely a domestic issue» – afirmou o Presidente em Detroit²⁶.

Esta integração visa possibilitar à nação americana extrair o máximo proveito da remoção prática de fronteiras operada por uma revolução tecnológica – e uma cultura de massas a ela adaptada – que a América ainda lidera. Não será, deveras, por acaso que o Presidente usou e abusou da palavra «fardo» na sua intervenção de Detroit. A mensagem a assimilar, que constava já do manifesto eleitoral do Partido Democrata em 1992, é simples: os

Estados Unidos não poderão ser fortes no exterior se não o forem em casa. A América «deve» restaurar a sua liderança económica global e essa meta funcionará como a pedra-de-toque das suas políticas de segurança nacional²⁷. A força económica revelar-se-ia como um elemento mais decisivo, em termos de poder, do que os clássicos padrões ditados pela força militar.

Como decorrência deste conceito, pode também sustentar-se que para Clinton a política externa e a actividade diplomática não passam de um prolongamento da economia por outros meios. Esfuma-se, assim, a tradicional dicotomia entre questões de segurança e questões económicas²⁸, tendo Warren Christopher sido bem explícito ao afirmar que «all diplomacy is economics». O próprio George Kennan, pai da doutrina da «contenção», veio conferir respeitabilidade a esta perspectiva ao apoiá-la num artigo significativamente intitulado «America's Duty to the Wide World Starts at Home»²⁹.

Esta crença no primado das questões económicas, dir-se-ia que numa perspectiva quase marxista de determinação da superestrutura política pela infra-estrutura económica, inscreve-se na melhor tradição diplomática anglo-americana. Como observou Walter Russel Mead, num comentário ao livro *Diplomacy*, de Kissinger, as potências anglo-saxónicas não são apenas «cantores de salmos» em política externa; e acrescenta – «nós somos também carteiristas realizados»³⁰.

No fundo, talvez possa afirmar sem parecer presumido que os analistas da política norte-americana ignoram muitas vezes as lições da História, devendo ter bem presente uma delas: a de que os Estados Unidos existem por causa do comércio. Nos primórdios da nação, os norte-americanos pareciam um povo totalmente absorvido, não na procura individual da felicidade que a declaração de independência sugeria, mas pela procura individual do vil metal. O que chocou o patriotismo de alguns dos participantes na Revolução, por temerem que a sociedade norte-americana se afundasse numa orgia de egoísmo, aparecendo mesmo quem preconizasse que o país necessitaria de uma nova guerra, enquanto acto «regenerativo» destinado a purgá-lo do seu insaciável amor pelo comércio³¹.

Mas a ideia que prevaleceu e que constitui um dos alicerces da sociedade americana é a de que, consistindo a sociedade apenas numa sucessão contínua de trocas, o comércio e a sociedade seriam a mesma coisa. A revolução norte-americana retirou ao comércio o estigma que lhe era imposto pelas camadas sociais então dominantes na Europa³². Ao propor um sistema internacional tendo como pilares a democracia e o comércio livre, Clinton actua como um herdeiro diligente da tradição de governação do seu país, impulsionado pela convicção de que ele ainda funcionaria como um motor e exemplo para o mundo.

O Presidente norte-americano surge também como o demiurgo de uma política moldada para uma época, cujos contornos Nixon começou a vislumbrar em 1971, numa célebre intervenção em Kansas City³³, e desenvolveu plenamente em momentos posteriores, em que previa o fim da bipolaridade e a sua substituição por uma rivalidade pentagonal, de natureza económica, entre os Estados Unidos, a Europa Ocidental, a Rússia, a China e o Japão. Na alvorada de uma ordem nova, Clinton pretenderá também que continue a ser assegurado um equilíbrio de poder na Europa e na Ásia, de forma a que nenhuma potência singular ou continental possa ameaçar directamente a segurança do povo norte-americano³⁴.

Em Detroit, Clinton lembrou alguns factos interessantes sobre a sua Administração: que negociou mais de duzentos acordos comerciais; que em quatro anos foi criado um milhão de postos de trabalho ligados ao sector exportador da economia; e, que a América é hoje o primeiro país exportador, mesmo no mítico sector da indústria automóvel. Na área económica, Clinton assimilou brilhantemente a noção de que, citando Kapstein, «what in America was once called the battle between Wall Street and Main Street has now become global»³⁵.

Poucos analistas poderão negar com convicção o facto de Clinton estar a ser um Presidente invulgarmente bem sucedido neste período de aparente passagem de testemunho entre o fim da idade de ouro da geopolítica, e o início da era do primado da geoeconomia³⁶. Provas? A conclusão do Uruguay Round e o estabelecimento da Organização Mundial de Comércio, num processo em que a União Europeia foi inquestionavelmente encurralada pela agressiva estratégia norte-americana. A ratificação do North American Free Trade Agreement (nafta) por um Congresso que Clinton soube conquistar³⁷, criando por esta via a maior zona de comércio livre do mundo. A obtenção, na Cimeira das Américas em Miami, de um acordo para uma Free Trade Area of the Americas³⁸ cujas negociações deverão estar completadas até 2005. E a proposta de construção de uma Nova Comunidade do Pacífico, associada a uma revitalização da apec³⁹. Sem esquecer, obviamente, a Nova Agenda Transatlântica, aprovada na Cimeira de Madrid em Dezembro de 1995, que poderá constituir um primeiro passo para um acordo mais alargado (um tafta, ou Trans-Atlantic Free Trade Agreement?).

Noutro plano, a Administração Clinton conseguiu também, mediante uma estratégia muito afirmativa, uma maior abertura dos mercados do Japão e da China. Ela não hesitou mesmo, ao arripio do que defende como profissão de fé à escala global, em usar as alavancas do «managed trade» e dos «critérios objectivos» ou «metas quantificadas», à mistura com a ameaça de sanções unilaterais (como a Cláusula Super 301). Através dos «baskets» sobre questões económicas estruturais e sectoriais das «framework talks» a Casa Branca pretende, de forma não confessada, influenciar o processo de decisão japonês a nível macro-económico.

O próprio aparelho de «intelligence» norte-americano terá sido reorientado, a fazer fé em várias informações da imprensa, para missões ligadas a espionagem económica. Neste contexto, os Estados aliados aparecem como potências hostis, o que seria impensável há anos a esta parte. Sublinharia ainda o facto de o programa do Partido Democrata para as eleições de 1992 indicar que as capacidades norte-americanas nesta área deveriam ser reorientadas para a elaboração de análises mais precisas e atempadas das condições «económicas» (em primeiro lugar) e «políticas» que podem despoletar novos conflitos⁴⁰.

Em síntese, diria que Clinton conseguiu demonstrar nos últimos quatro anos que a economia é o farol pelo qual se guiará a sua actuação externa. Daí que a frase que abre este capítulo talvez pudesse sofrer a seguinte adaptação: «it still is the economy, stupid!»

O Oriente é o Oriente⁴¹

A economia comanda o aprofundamento das relações dos Estados Unidos com a bacia do Pacífico. O volume de comércio entre aquele Estado e os seus parceiros na apec é superior àquele que é mantido com a União Europeia. Como insidiosamente recordou Ali Alatas, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, mais de metade do comércio mundial dos Estados Unidos é efectuado no Pacífico, sendo as suas exportações para

Singapura superiores àquelas que tem realizado com a Itália e com a Espanha⁴², Estados de muito maior dimensão.

Nos primeiros dois anos da Administração Clinton, vários dos seus dirigentes desmultiplicaram-se em declarações, muitas vezes cruas e duras, sobre a relativa perda de importância da Europa para os Estados Unidos, com a conseqüente ascensão da Ásia. O próprio Warren Christopher afirmou à imprensa, em 22 de Novembro de 1994, que a Ásia seria a mais importante região para o seu país, e que a habitual atitude «eurocêntrica» de Washington seria questionável. Em momentos ulteriores temperou este comentário, sugerindo que não haveria um sistema de vasos comunicantes – ou um «zero-sum game» – no modo como os Estados Unidos se relacionariam com ambas as regiões.

Aquilo que se poderá concluir da postura da Administração Clinton é que a sua política externa não é já dominada por um eurocentrismo exacerbado, mas por uma preocupação de reequilibrar os seus elos com as zonas em apreço. Tratar-se-ia, no fundo, de uma política de «checks and balances», ou de uma tentativa deliberada de delimitação da capacidade de actuação própria de eventuais centros alternativos de poder. Acresce que, neste domínio, a Europa ofereceu demasiado o flanco, demonstrando uma certa hipersensibilidade inicial no modo como lidou com a nova Casa Branca e, por essa via, dando uma imagem de dependência afectiva muito pouco saudável.

Na música asiática composta pelo maestro Clinton e sua orquestra destacaria três notas (o caso coreano será tratado separadamente):

- Japão – Para além do Framework for Economic Partnership assinado por Clinton e Miyazawa em 1993, pouco se alterou na área não económica das relações bilaterais. No plano político, Framework's Common Agenda for Cooperation in Global Perspective significa apenas que Washington veria com bons olhos um reforço do papel japonês no tratamento a dispensar às questões globais (como o ambiente, a saúde, o controlo populacional, acções antiterroristas, auxílio a zonas sinistradas, etc). Claro está, como forma de passar parte da factura para Tóquio. Desta forma, não se oporá à atribuição ao Japão de um lugar de membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, numa estratégia destinada a garantir um certo controlo no crescimento do seu estatuto internacional;
- China – Evolução na continuidade, não obstante ter sido praticamente o único tema de política externa que Clinton usou para atacar George Bush⁴³. A Casa Branca renovou a Pequim o Estatuto de Nação Mais Favorecida e decidiu separar as questões comerciais das relativas aos direitos humanos. Kissinger deve ter esfregado as mãos de contentamento⁴⁴. Lê-se, aliás, no documento A National Security Strategy of Engagement and Enlargement⁴⁵, que os Estados Unidos continuarão a seguir a política de «uma China», tendo adoptado «a policy of comprehensive engagement» com duas finalidades: «integrar» a China como «membro responsável» da comunidade internacional e fomentar a cooperação bilateral em áreas de interesse comum; e,
- Vietname – Em 11 de Julho de 1995 foram normalizadas as relações bilaterais, fechando-se um ciclo negativo na formulação da política norte-americana para o Sudeste Asiático.

Aquilo que haverá a ter em conta nesta área é o facto de os Estados Unidos também serem uma nação do Pacífico, com interesses estabilizados na região. Na Europa, nem sempre temos presente que os Estados Unidos e a Rússia são vizinhos muito próximos –

o Estreito de Bering não é largo... – na região do Pacífico; e que o envolvimento norte-americano no último conflito mundial começou e terminou no mesmo oceano. Para não evocar as centenas de milhares de baixas que o povo norte-americano sofreu na Coreia e no Vietname. Daí que não se deva estranhar o continuado apoio de Washington à aseen, assim como a manutenção do nível das suas forças militares na área, enquanto procedeu a uma redução drástica da sua presença militar no teatro europeu⁴⁶.

As terras do Ocidente⁴⁷

Boris Yeltsin foi operado ao coração praticamente no mesmo dia, descontado pouco mais do que a diferença horária entre as capitais da Rússia e dos Estados Unidos, em que o povo norte-americano foi às urnas. Tratou-se certamente de uma coincidência, mas não deixa de ser curioso notar que em ambos os casos as nações encontravam-se viradas para si próprias, reduzindo a zero o risco de qualquer actuação unilateral imprevisível. Nas duas situações, encontrava-se em jogo o coração dos respectivos sistemas políticos.

Bill Clinton veio à Europa, pela primeira vez como Presidente, dizer que rejeita qualquer reedição de Ialta. Num discurso proferido em Bruxelas em 9 de Janeiro de 1994, afirmou sem ambiguidade que o objectivo da sua viagem à Europa era ajudá-la a «liderar» o movimento para a «integração» política (baseada na democracia), económica (fundada em economias de mercado) e de segurança; e, «assegurar que a América será um forte parceiro» nesse processo. No quadro deste regime de liberdade vigiada de actuação reconhecido aos parceiros europeus, Clinton cumpriu o ritual político de reafirmar a natureza «única» dos laços que ligam o seu país ao Velho Continente. Repetiu também disciplinadamente o estribilho segundo o qual «o cerne da nossa segurança permanece na Europa», ocupando a nato o lugar central neste processo.

Estes dogmas da política externa norte-americana foram reeditados por Clinton em Detroit, talvez com um vigor renovado. «Nowhere are our interests more engaged than in Europe»⁴⁸ – precisou o Presidente, de modo talvez impensável na fase inicial da febre asiática que dominou a sua Administração. Com efeito, para esta Casa Branca a Europa é um gosto adquirido, não um sabor inato. De outro modo, dificilmente se teria justificado, por exemplo, o artigo assinado pelo então responsável pelos assuntos europeus no Departamento de Estado, Richard Holbrooke, com o revelador título «America, A European Power»⁴⁹. A Nova Agenda Transatlântica de 1995 é também uma expressão do refinamento progressivo no paladar europeu da Administração e, porque não admitilo, um equilibrar dos pratos da balança Europa-Ásia, afectada pela proposta relativa à criação de uma Nova Comunidade do Pacífico.

Se a democracia e os mercados livres não conhecem fronteiras, e se a meta a alcançar será a construção de uma Europa não dividida – afirma Clinton⁵⁰ –, então não será fácil sustentar-se o tratamento diferenciado a dispensar à Rússia. A menos que o proverbial russo-centrismo da política norte-americana possa converter-se numa russo-fobia. Ou se for essa exclusão o preço a pagar para a preservação da nato, enquanto pilar americano na Europa (ou vice-versa). Neste quadro, «a curiosa mania de expansão da nato»⁵¹ terá de ser bem explicada, sob pena de produzir efeitos perversos.

O Presidente norte-americano confessou publicamente⁵² que iniciou as suas funções convencido de que a nato poderia imitar no Leste da Europa aquilo que gerou a Oeste: a contenção de rivalidades entre os seus membros (leia-se, a assimilação da Alemanha), o fortalecimento das democracias contra «futuras ameaças» (uma Rússia nuclearizada e

descontrolada?) e a criação de condições para a prosperidade florescer. Nesta convicção radicar-se-ia a Parceria para a Paz, a edificação de um relacionamento inovador com a Rússia e, «last but not least», a reestruturação da Aliança Atlântica no binómio novas capacidades/novas missões (em essência, Combined Joint Task Forces (cjtf), e o processo de reestruturação de comandos).

No entanto, o apetite da Casa Branca nesta matéria parece longe de se encontrar satisfeito, a avaliar pela proposta central do discurso de Detroit, cuja receita passo a reproduzir⁵³:

- Em 1999, por ocasião do 50.º aniversário da nato e dez anos após a queda do Muro de Berlim, a nato alargar-se-á aos novos membros plenos que vierem a ser convidados⁵⁴;
- O alargamento será repetível, devendo a Aliança Atlântica manter-se aberta a todas as democracias emergentes, dispostas a aceitar as responsabilidades inerentes à adesão;
- «Nenhuma nação» será automaticamente excluída deste processo;
- Nenhum país «fora da Europa» terá um direito de veto; e,
- Uma «zona cinzenta» de insegurança não deverá reaparecer no espaço europeu.

Embora a nato não seja dirigida contra ninguém, a Rússia – no fundo único candidato ao bizarro conceito de «país fora da Europa», sendo que apenas os Estados Unidos e o Canadá o são geograficamente – é mantida à distância, como um parceiro «igual», «respeitado» e (que se espera) «bem sucedido»⁵⁵. Ficam-lhe reservados «um acordo formal de cooperação» e «mecanismos de consulta» sobre questões de segurança⁵⁶. Mas como conciliar esta proposta com a afirmação de que a Aliança Atlântica deverá abrir as suas portas aos seus antigos adversários, incluindo as repúblicas bálticas, todas as novas democracias da Europa Central e os novos Estados independentes da antiga União Soviética⁵⁷?

O conceito necessita claramente de ser mais trabalhado para que a nato não seja vista em Moscovo como uma espécie de Mr. Hyde e Dr. Jekyll. O protelamento na não ratificação pela Rússia do Tratado salt II, concluído por Clinton e Yeltsin, poderá funcionar como um aviso à navegação nesta matéria.

De qualquer forma, a estratégia norte-americana em relação à Rússia parece estabilizada e tem funcionado razoavelmente bem: ela assenta, através dos mecanismos descritos, na ideia de integração da Rússia no Ocidente, ou de integração da Europa de Portugal a Vladivostoque; com a possibilidade, através da adaptação da nato à nova era e do seu provável alargamento, de fazer esta funcionar como válvula de segurança caso Moscovo se afastasse do «script».

Se George Bush teve o mérito de esboçar os primeiros passos no desenho de uma relação russo-americana «para além da contenção», Clinton enfrentou um cenário diverso. Parecendo ter apostado inicialmente na ideia de que, através de uma «parceria pragmática»⁵⁸, poderia contribuir para a transformação da Rússia num sistema político parecido com o norte-americano e, por essa via, convertê-la num parceiro internacional mais previsível. O que justificou a acertada aposta em Yeltsin⁵⁹ e a atitude de olhar para o lado sempre que a Rússia perdeu a têmpera no interior das suas fronteiras (Chechénia) e no «estrangeiro próximo» (a sua influência é visível no Cáucaso).

Regressando aos domínios da actual nato, outro ponto que deverá ser trabalhado é aquele relativo à sua região sul. Clinton reiterou em Detroit que o seu país continuará a liderar a nato, «especialmente na sua região meridional», por ser aquela «onde existem as ameaças mais imediatas à paz»⁶⁰. Aos aliados ficaria aberta a possibilidade de suportarem «uma

maior percentagem do fardo»⁶¹ – a velha questão de saber quem paga a conta... – e de assumirem «uma maior liderança». Tradução: trata-se, na falta de melhor explicação, de um argumento credível para justificar a manutenção da 6.ª Esquadra na dependência exclusiva de um comandante norte-americano.

Num discurso proferido em Madrid pelo Secretário de Estado, Warren Christopher, em 2 de Junho de 1995 – um dia após ter assinado em Lisboa com o então Ministro dos Negócios Estrangeiros português, Durão Barroso, o Acordo de Cooperação e Defesa (e seus anexos) vigente⁶² –, ficou bem claro que na área transatlântica «a segurança vem primeiro» e constitui «a fundação da nossa parceria»⁶³. E para que ambos os lados do Atlântico pudessem «complementar» e «reforçar» «a nossa relação de segurança»⁶⁴, seriam necessários passos específicos nas arenas política e económica, orientação que veio a ser consagrada na Cimeira de 3 de Dezembro de 1995, em Madrid, entre os Estados Unidos da América e a União Europeia, ocasião em que foi assinada a Nova Agenda Transatlântica.

«A segurança vem primeiro»: Trata-se de uma afirmação incontornável, que explica a maior abertura da Administração Clinton sobre a construção de uma Identidade Europeia de Segurança e Defesa. Só por esta via ela poderá evitar o risco – aparentemente cada vez mais remoto, com a renovação dos votos de fidelidade da Espanha e da França à nato (embora os retratos finais destes processos não se encontrem concluídos) – de se desenvolver qualquer projecto que pudesse minar o papel central da nato. E, desse modo, colocar em xeque a influência do s Estados Unidos na Europa. Pretende-se, igualmente, mediante o reforço do pilar europeu da Aliança Atlântica, «more bang for the buck», o que passaria pela assunção pelos europeus de uma fatia maior das despesas de defesa comum.

A leste do paraíso europeu espera-se muito de novo do oeste. E foi aí, nos Balcãs, que a Administração Clinton teve a sua hora mais mediaticamente gloriosa no campo da política externa. Ao impulsionar a constituição da ifor conseguiu, de um só golpe, prosseguir vários objectivos: estancar a hemorragia na Bósnia, ainda que se desconheça se a ferida terá tempo de cicatrizar; dar um sopro de vida à nato, que aí redescobriu a sua vocação dissuasora, tem testado novos conceitos (a operação Joint Endeavour é, em termos práticos, uma cjtf) e passou da teoria à prática na cooperação com a Rússia; e, demonstrou capacidade de impor decisões e de persuasão, na forma como foram negociados os Acordos de Dayton. Numa palavra, Clinton provou que era capaz de assumir com sucesso um exercício de liderança e construção de uma base de apoio internacional para acção.

É certo que o processo ainda se encontra em marcha e que alguns indicadores são muito sombrios. É também inquestionável que a Administração Clinton hesitou muito sobre o rumo a dar à sua política na Bósnia. Talvez de mais. Mas não será menos certo notar, como o fez o Ministro da Defesa Nacional, António Vitorino, que «provou-se, uma vez mais, que a paz e a estabilidade na Europa continuam a ser fortemente influenciadas pela vontade política de um poderoso aliado extra-europeu», os Estados Unidos. «O que é um dado a reter, não um mero juízo de valor»⁶⁵, precisou. Assim é.

Contos de loucura normal⁶⁶

Vai tratar-se neste ponto, com a brevidade que as circunstâncias aconselham e a prudência dita, de situações de conflito, dívidas por pagar e de compromissos não

satisfeitos. Eventualmente, poderia mesmo aflorar algumas promessas por cumprir, mas essa é matéria rotineira em política e em diplomacia, pelo que o esforço seria inglório. Prefiro começar por um conto politicamente correcto, de uma promessa cumprida...

Em matéria de não-proliferação e de eliminação de armas de destruição maciça, Clinton honrou os compromissos que assumiu na campanha presidencial de 1992⁶⁷. A recente assinatura nas Nações Unidas de um tratado de eliminação de testes nucleares – Comprehensive Test Ban Treaty (ctbt) – constitui o fecho da abóbada antinuclear que a diplomacia norte-americana tem laboriosamente construído nos últimos anos. Recordo que o ctbt tornou-se viável somente após a Casa Branca ter anunciado, em Agosto de 1995 (época em que comer um «croissant» era um acto arriscado em Sidney, com os ensaios atómicos franceses em Mururoa), uma iniciativa de apoio à eliminação integral dos testes nucleares.

Outro elemento a destacar neste âmbito foi o modo como a Administração Clinton conseguiu persuadir a Ucrânia, Bielorrússia e o Casaquistão a renunciarem à herança atómica soviética, depositando-a nas mãos da Rússia. A troca de instrumentos de ratificação do Tratado start I (Dezembro de 1994), entre aqueles quatro Estados e os Estados Unidos, permitiu a Washington e Moscovo abrir as portas à eliminação de dois terços dos seus arsenais, por via do Tratado start II. Para que ele seja uma realidade resta a aprovação (recalcitrante) da Duma, visto que idêntico acto foi já objecto de uma deliberação do Senado norte-americano. De idêntica importância revestiu-se a adesão da Ucrânia, da Bielorrússia e do Casaquistão ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (tnp), na sequência de forte pressão dos Estados Unidos.

A extensão indefinida e incondicional da vigência do tnp, na Conferência de Revisão e Extensão de 1995, é também, em larga medida, um triunfo da persistência da diplomacia norte-americana. O mesmo poderia ser dito do Agreed Framework concluído com a Coreia do Norte, conquanto os seus resultados concretos não se encontrem ainda assegurados. De qualquer modo, a sua relevância é evidente enquanto elemento de distensão regional, e Clinton projectou neste processo uma imagem de perseverança e capacidade de liderança.

Dados dignos de realce são igualmente a intenção manifestada por Washington de ratificar a Convenção sobre Armas Químicas e de robustecer a Convenção sobre Armas Biológicas, assim como os progressos alcançados no domínio do Regime de Controlo de Tecnologia de Mísseis (mctr). A Casa Branca tem também negociado uma actualização do Tratado abm, de cujo progresso depende a não adopção unilateral do desenvolvimento do Programa de Defesa Contra Mísseis Balísticos⁶⁸, o rescalonado sucessor da malograda Iniciativa de Defesa Estratégica (sdi).

Clinton recordou em Detroit que «nenhum míssil se encontra hoje apontado à América». Numa perspectiva mais ampla e menos nacionalista, observaria que a palavra «mad» deixou de poder ser interpretada literalmente⁶⁹ e que a profecia do Dr. Strangelove encontra-se cada vez mais longe de se realizar. «We shall meet again on a sunny day»⁷⁰, mas não após nos convertermos em toupeiras humanas refugiadas em abrigos antiatómicos ou minas abandonadas...

Passando da não-proliferação à proliferação de problemas de outra ordem, o cenário da política externa norte-americana não é tão róseo. Para comodidade daqueles que resistiram até esta página, abordarei de seguida alguns assuntos por ordem alfabética,

para não ferir susceptibilidades, e de forma telegráfica (por deformação profissional). A interpretação é deixada à imaginação de cada um.

A

- África I: «débaçle» na Somália. Evacuação de emergência na Libéria. Tentativa de fazer funcionar a nova África do Sul como um Estado «pivot»⁷¹ para a área austral do continente, sendo criada uma comissão de alto nível para fomentar a cooperação bilateral. Impasse em Angola, mas o petróleo continua a fluir. O Secretário de Estado, Warren Christopher, efectua a sua única deslocação à África subsariana pouco antes das eleições presidenciais e a um mês de anunciar que vai abandonar o cargo. Coincidências.
- África II: a Casa Branca promoveu uma «Conferência sobre África» em 1994, da qual terão resultado «novas ideias» e «um novo compromisso» sobre o continente, lê-se no supracitado documento A National Security Strategy of Engagement and Enlargement. Na mesma página⁷² somos informados de que os esforços da comunidade internacional em Angola, no Ruanda, no Sudão, na Serra Leoa e na Libéria devem ser «limitados na duração e desenhados para dar aos povos de uma nação a oportunidade de porem a sua casa em ordem». E precisa o relatório: «Numa análise final, a responsabilidade pelo destino de uma nação repousa no seu próprio povo». Salomónico. Por outras palavras: «You can't jump out of the.../you have to stay in the boat, unless you want to go all the way» (frase do filme Apocalipse Now, de Francis Ford Coppola).
- África Setentrional: 6.a Esquadra + Egipto – Líbia = estabilidade. Marrocos é um aliado firme. Alguma expectativa, mas não demasiada inquietação, quanto à Argélia.
- Ambiente: à espera do Presidente Al Gore, Jr.⁷³. Esboços de movimento para conter o «efeito estufa», a destruição da camada de ozono e a desertificação.

C

- Caraíbas: a cada Presidente norte-americano a sua intervenção – Reagan em Granada, Bush no Panamá, Clinton no Haiti. O número de ilhas existentes oferece possibilidades ilimitadas às gerações de presidentes vindouras.
- Cuba: sugere-se o seguinte «haiku» – «it's politics, stupid/more of the same against change/give them hell». O reforço do embargo económico rende votos. Pela primeira vez em décadas, um candidato presidencial do Partido Democrata vence as eleições no Estado-chave, em termos de colégio eleitoral, da Florida. Fidel Castro mantém-se no poder.

D

- Direitos humanos: ver o que disse sobre a China, não obstante a plataforma eleitoral de Clinton, em 1992, ter preconizado a defesa «em todo o lado» dos direitos individuais e do respeito pelas minorias étnicas contra os actos repressivos de governos. Em apoio do Presidente norte-americano, deverá reconhecer-se que ele demonstrou que para os Estados Unidos a promoção dos direitos humanos não é feita com um espírito missionário – o denominado «approach Madre Teresa»⁷⁴ – mas subordinada à prossecução de objectivos de política externa tidos como de interesse vital para o Estado. De notar ainda a melhoria da atitude de Washington, nesta Administração, quanto à defesa dos direitos humanos na Indonésia e em Timor-Leste.

G

- Golfo Pérsico (ou Árabe): execução da política de dupla contenção do Irão e do Iraque concebida por Tony Lake. Envio de tropas no Verão de 1994, numa prova de continuidade na orientação regional dos Estados Unidos. Não são previsíveis alterações de conduta.

H

- Haiti: a ideia de que a política externa também pode ser vista como «um trabalho social»⁷⁵. Neo-Wilsonianismo pragmático em acção, pela promoção de valores num local em que não se encontrava em causa qualquer interesse fundamental dos Estados Unidos. Um investimento pouco reprodutivo em termos internacionais.

M

- Médio Oriente: parafraseando Charles Krauthammer, a Administração Clinton aplicou correctamente as lições de Oslo, ou seja – «Get out of the way and host a big party when the bilateral talks succeed»⁷⁶. A imprensa noticia que o Secretário de Estado bateu o recorde de milhas aéreas em «shuttle diplomacy», mas Telavive e Damasco, tão próximas, continuam separadas pelos Montes Golan. A morte prematura do estadista Itzhak Rabin tornou o processo menos controlável e mais imprevisível. Dennis Ross transita de Bush para Clinton, o que é um sinal positivo. Arafat regressou à Palestina, o que demonstra que a persistência tende a ser recompensada.

- Minas antipessoais: em 1995 o Senado aprovou para ratificação a Convenção Sobre Armas Convencionais de 1980, que impõe restrições ao uso de minas terrestres. Clinton deseja bani-las, numa iniciativa a todos os títulos louvável.

- Mulheres: Washington considera ter desempenhado um papel fundamental na Conferência de Pequim (1995 – un Conference on Women) e do Cairo (sobre População e Desenvolvimento, onde foram debatidas várias questões relativas às mulheres). Uma prova de que a política interna e a política externa de um Estado são uma só realidade, como Clinton sustenta. É um tema que vai, justamente, ganhar relevância na política internacional. A mão invisível da Primeira Dama?

N

- Nações Unidas: o Secretariado já está a arder? Apresentado como uma peça fundamental no funcionamento internacional do actual executivo norte-americano, o «multilateralismo afirmativo» (frase de Madeleine Albright) não teve até à data uma materialização evidente. Pelo contrário: após a fracassada missão das Nações Unidas na Bósnia, a Casa Branca decidiu unilateralmente rescrever as regras por que se pautará a sua intervenção em missões de paz, através da Directiva de Decisão Presidencial U.S. Policy on Reforming Multilateral Peace Operations⁷⁷. Neste quadro, ficou estabelecido, em termos de comando e controlo, o princípio que se transcreve: «There may be times when it is in our interest to place us troops under the temporary operational control of a competent un or allied commander (...). However, under no circumstances will the President ever relinquish his command authority over us forces»⁷⁸. De relevar também o facto de os Estados Unidos terem reduzido em 25% os seus pagamentos para operações de paz o que demonstra, se era necessário comprová-lo, que o multilateralismo não passa

de um produto secundário dos arranjos bilaterais de cada Estado. Há em Portugal quem entenda o contrário.

E Portugal?

Pronunciei-me já sobre as relações luso-americanas, num artigo que a Política Internacional⁷⁹ me deu a honra de publicar em 1995, com o título «Para a Acta: o Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América». Solicito ao júri a anexação daquele texto aos autos deste processo, dando-o assim como integralmente reproduzido em minha defesa.

Pouco mais tenho a acrescentar ao que nele disse, não deixando, no entanto, de notar que entre nós foi-se instalando uma espécie de niilismo no «approach» a Washington que urge combater. Lisboa não é Bona, mas a nossa plena inserção no espaço natural a que pertencemos – a Europa – não reduz necessariamente a nossa vocação própria transatlântica. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, recordou correctamente que «somos fundadores da nato e o facto de Portugal integrar a União Europeia representa um interesse adicional para os Estados Unidos»⁸⁰. Notou ainda que «uma relação transatlântica forte é melhor servida por uma Europa forte e coesa».

Quando abordam este tema, os (poucos) analistas portugueses oscilam entre um cepticismo pessimista e um optimismo cauteloso. Para os primeiros, disseminados à esquerda e à direita do espectro político português, nada de bom poderia vir de Washington. Alguns disputam mesmo a nossa presença na nato, enquanto outros ressentem aquilo que interpretam como uma crónica indiferença, se não mesmo aberta hostilidade, dos Estados Unidos face a Portugal. Há ainda quem sustente, sem pôr em causa a relevância da nossa posição atlântica, que deveríamos olhar mais para o Sul, em vez de enveredarmos por uma atitude de «kowtowing» perante a grande nação da América Setentrional. Para os cépticos, o título do livro que poderia ser traduzido para este capítulo seria, indisputavelmente, *The Catcher in the Rye* (em português *A Agulha no Palheiro*), de J. D. Salinger.

Em termos básicos, penso que os cépticos se deixam guiar por considerações ideológicas ultrapassadas, ou pela sua incapacidade em entenderem que em política externa qualquer hipotético risco pode esconder uma oportunidade.

No pólo oposto encontram-se os crentes na possibilidade de construção de uma relação genuinamente especial entre Lisboa e Washington (título de romance favorito – *The Promise of Light*, de Paul Watkins). O Atlântico deveria converter-se na prioridade máxima da política externa portuguesa, situando-se para sempre a relação com os Estados Unidos no cerne dessa política. Mas este amor é agridoce (um «bittersweet love approach»), porque nenhuma relação é eterna, sendo também improvável o estabelecimento de um relacionamento especial entre um Estado médio e uma superpotência, quando as circunstâncias objectivas – como é o período «normal» que vivemos – não o impõem. Aqueles que advogam este caminho experimentam, assim, um nível de satisfação aquém das expectativas⁸¹.

Num patamar separado situa-se uma perspectiva «cash-and-carry» das relações bilaterais. A ideia é simples: se a defesa é um bem transaccionável, Portugal deveria receber assistência económica e militar dos Estados Unidos, como contrapartida pela concessão a forças norte-americanas do acesso a instalações militares portuguesas. Não faço aqui

nenhum comentário adicional ao que escrevi no estudo para que acima indelicadamente remeti o(s) leitor(es).

Uma palavra também para referir que é imprescindível acabar de vez com o «lajescentrismo» (a palavra não existe na língua de Camões, tendo sido exclusivamente criada para este texto) que tem perpassado o relacionamento bilateral. Com efeito, a Base das Lajes tem sido uma bênção e uma praga: a primeira constatação é verdadeira porque, sem a utilização daquela «facilidade» por forças norte-americanas, o nível de atenção positiva que nos tem sido dispensado por Washington teria sido menor, sobretudo durante a Guerra Fria; a última qualificação justifica-se porque, em vários momentos passados, ambos os governos caíram no vício de reduzir o seu relacionamento, em termos práticos, à questão dos Açores⁸².

A perspectiva de edificação de um relacionamento global e moderno entre os dois Estados aberta pelo Acordo de Cooperação e Defesa⁸³, aliada à participação portuguesa na operação Joint Endeavour, têm contribuído para forjar uma relação bilateral mais pragmática e equilibrada, cujos efeitos começamos já a sentir. Um balanço actualizado somente poderá ser elaborado dentro de alguns anos.

Epílogo

Quando tomou posse como Presidente, John F. Kennedy dedicou às questões domésticas duas palavras num discurso sobre o mundo⁸⁴. O discurso eleitoral de Clinton foi mais introspectivo, tendo sublinhado que não há hoje uma divisão clara entre aquilo que é externo e aquilo que é doméstico. A essência do seu pensamento político poderia ser condensada na seguinte frase proferida naquela ocasião: «Our democracy must be not only the envy of the world but the engine of our own renewal. There is nothing wrong with America that cannot be cured by what is right in America».

Clinton não pretende atravessar os seus mandatos como um sonâmbulo⁸⁵. Ele deseja deixar uma marca da sua governação, o que não é fácil num Congresso que continuará dominado pelos republicanos. E sabe que será julgado pela história, sobretudo pelo modo como serviu os interesses do povo americano. Thomas Paine, um dos grandes ideólogos da independência dos Estados Unidos da América, observou que «o tempo faz mais convertidos do que a razão»⁸⁶. Mas comentou também que «a Europa se encontra demasiado densamente plantada com reinos para estar longamente em paz»⁸⁷. Eis duas lições de senso comum que Clinton não deverá perder de vista no mandato que agora inicia.

NOTAS

1 Remarks by the President to the People of Detroit, nsc Press offc, 22 de Outubro de 1996.

2 Tom Clancy, Debt of Honor, New York, Putnam, 1994, e Executive Orders, New York, Putnam, 1996. Recomendo uma leitura sucessiva de ambos.

3 A menos que se procure vestir aos Estados Unidos essas roupagens, como decerto serão tentados a fazê-lo aqueles que sentiram na carne os efeitos de alguns exercícios musculares norte-americanos (como o Iraque ou os sérvios da Bósnia).

4 Ver, a propósito, o interessante e provocativo ensaio de Ethan B. Kapstein, «Workers and the World Economy», Foreign Affairs, vol. 75, n.o 3, Maio/Junho de 1996, pp. 16-37.

5 Como agudamente observou Henry Kissinger numa carta dirigida ao New York Times Book Review, publicada na edição de 24 de Abril de 1994, a propósito da sua obra *Diplomacy*, a atitude do seu país relativamente ao exterior poderia ser descrita nos seguintes termos: «America's unique blend of hope and necessity of the oscillation between seeing America's role as building the nation into an example for others and rebuilding the world in America's image».

6 Ver o texto referido na nota 1.

7 Idem.

8 Sidney Blumenthal, «In the Ruins of Georgetown», artigo publicado na revista *The New Yorker*, edição de 21 a 28 de Outubro de 1996, p. 236. A menção à «guerra má» é, obviamente, relativa à intervenção no Vietname, que Bill Clinton não apoiou. Mas hoje essa atitude é praticamente destituída de significado político, sobretudo após Robert McNamara ter optado por fazer um acto de contrição sobre o envolvimento norte-americano naquele conflito. Ver Robert McNamara em associação com Brian VandeMark, *In Retrospect*, New York, Times Books, 1995.

9 Idem, p. 237.

10 Thomas L. Friedman, «Questions for the Candidates About America Foreign Policy», *International Herald Tribune*, 7 de Outubro de 1996. Reproduzo, sem comentários, o teor da quinta pergunta dirigida a Clinton: «Mr. Clinton, you are in favour of expanding nato. Can you name the 16 countries already in it?».

11 Por exemplo, e. j. dioren jr. publicou no *The Washington Post* um artigo intitulado «The Candidates Are Wise To Avoid Foreign Policy», reproduzido na edição de 23 de Outubro último do *International Herald Tribune*, no qual notava (correctamente) o seguinte: «You have to try very hard to find deep and substantive differences between Bill Clinton and Bob Dole on foreign policy. Both are free traders willing to make protectionist noises as long as a campaign is on. Both are for “free and fair trade”, with the emphasis on “fair” during election years and on “free” the rest of the time».

12 Ver «From the New York Times, a Clinton Endorsement» e «From the Washington Post, a Clinton Endorsement», textos publicados pelo *International Herald Tribune* nas edições de, respectivamente, 28 e 31 de Outubro do corrente ano.

13 Em 31 de Outubro findo, o *International Herald Tribune* publicou, na primeira página, um artigo de Peter Baker, com o título «After the Race, the Reality: What's Ahead for the White House», cujo curioso subtítulo é «Grand Visions are Gone, But Clinton Still Has Pledges to Fulfill in a Second Term». Dele reteria os seguintes trechos: «Clinton is hard to predict because his performance over the years has been erratic and sometimes he tries for more than he can reach (...) he has run a campaign where there is very little of “the vision thing”, except at a very microscopic level». O artigo é longo, contendo um parágrafo de quatro linhas sobre política externa.

14 Leia-se, a propósito, a interessante análise de Robert Dallek sobre a presidência dos Estados Unidos, com o título *Hail to the Chief, the Making and Unmaking of American Presidents*, este ano publicada pela Hyperion, New York. O capítulo «The Vision Thing» reveste-se de particular interesse.

15 Anthony Lewis, citado na obra referida no ponto anterior, p. 39.

16 Ver Michael Mandelbaum, «Foreign Policy as Social Work», *Foreign Affairs*, vol. 75, n.º 1, Janeiro/Fevereiro de 1996, p. 30.

17 Ver Richard N. Haass, «Paradigm Lost», *Foreign Affairs*, vol. 74, n.º 1, Janeiro/Fevereiro de 1995, p. 44. Ambas as expressões parecem intraduzíveis.

18 No mesmo sentido se pronuncia Peter Baker, no artigo supracitado.

19 Na intervenção em apreço, ver p. 5.

20 *Idem*, pp. 3 e 4.

21 William Kristol e Robert Kagan usam esta expressão no artigo «Toward a Neo-Reaganite Foreign Policy», publicado na *Foreign Affairs*, vol. 75, n.º 4, Julho/Agosto de 1996, p. 20. Para eles, num mundo no qual a paz e a segurança norte-americana «dependem» do poderio norte-americano e da vontade de o usar, a principal ameaça que os Estados Unidos enfrentariam no futuro seria a sua própria fraqueza. Em apoio desta asserção apontam correctamente o facto de os Estados Unidos ainda gastarem no orçamento de defesa uma verba superior à do conjunto dos seis países que mais dependem nesse domínio (ver pp. 23 a 26).

22 O filme *Independence Day* de Roland Emmerich, em que se inspira o título deste capítulo, poderia também funcionar como uma parábola sobre o modo como a América se revê: no triunfo final do bem sobre o mal; na crença na sua capacidade tecnológica; na ideia de que o país poderá liderar o planeta, se e quando necessário; e na convicção de que o seu sistema político funciona e é eficaz em situações de crise.

23 Ver *Generations X, Tales for an Accelerated Culture*, St. Martin's Press, New York, 1991. Transcrevem-se os conceitos: «Historical Overdoing: to live in a period of time when too much seems to happen. Major symptoms include addiction to newspapers, magazines and TV news broadcasts» (p. 8); «Option Paralysis: the tendency, when given unlimited choices, to make none» (p. 139).

24 «Change vs. more of the same/the economy stupid/Don't forget health care». Segundo o jornalista Bob Woodward, este «haiku» teria sido originariamente criado por James Carville, um dos principais arquitectos da eleição de Bill Clinton, que afixou a mensagem na sala de operações do quartel-general eleitoral do candidato presidencial para manter a equipa «focada». O vocabulário popular teria apenas retido a frase intermédia. Ver Bob Woodward, *The Agenda, Inside The Clinton White House*, Simon and Schuster, New York, 1994, p. 54. O próprio James Carville confirma esta versão ao explicar que queria colocar no «War Room» algo que fosse «conciso» para que as pessoas pudessem recordar. Nas suas palavras: «It was (...) just a reminder of what we were about. It had two essential elements: It was simple and it was self-effacing». Ver *All's Fair, Love, War and Running for President*, Mary Matalin e James Carville com Peter Knebler, edição conjunta da Random House e Simon and Schuster, New York, 1994. A citação encontra-se na p. 244.

25 Ver «The Clinton Doctrine», *The New Yorker*, edição de 7 de Outubro de 1996, pp. 6 e 8.

26 Ver a intervenção supracitada, p. 4.

27 Na página 13 do programa em apreço lê-se também o seguinte: «The strength of nations once defined in military terms, now is measured also by skills of their workers, the imagination of their managers and the power of technologies». Segundo Bob Woodward (op. cit., p. 20), Clinton terá sido fortemente influenciado nesta matéria pela obra *The Work of Nations*, de Robert B. Reich, Knopf, New York, 1991.

28 Conceito que o Secretário de Estado tentou introduzir na própria NATO, uma organização essencialmente militar.

29 Publicado pelo The New York Times na edição de 12 de Março de 1994.

30 Ver o artigo «Peace Keepers and Power Brokers», The Washington Post, edição de 3 de Abril de 1994. Vale a pena reproduzir o seguinte trecho: «The primacy of economics is the key to something vital that Kissinger seems not to understand: the Anglo-American tradition of diplomacy. This is not, as Kissinger sometimes seems to think, simply a tradition of moralistic rethoric. It is also a tradition of very effective, and sometimes very ruthless seeking for economic advantage. What Europeans still sometimes call the Anglo-Saxon powers are not just other-wordly psalm-singers; we are accomplished pocket pickers as well».

31 Ver o magnífico ensaio de Gordon S. Wood intitulado The Radicalism of the American Revolution, Vintage Books, New York, 1991, em especial o ponto 18, com o título «The Celebration of Commerce» (pp. 325-347), do qual respingo as seguintes frases: «Americans seemed to be a people totally absorbed in the individual pursuit of money. “Enterprise”, “improvement” and “energy” were everywhere extolled in the press. The voice of the people and their government is loud and unanimous for commerce, said the disgruntled and bewildered Columbia professor Samuel Mitchill in 1800. Their inclination and habits are adapted to trade and traffic. From one end of the continent to the other, the universal roar is Commerce! Commerce! at all events, Commerce!», pp. 325-326. Noutra excelente obra sobre a revolução americana, Theodore Draper nota a ligação do comércio ao poder durante o século xviii, e o impacto desta questão, aliada a outros factores, no processo de independência. Ver A Struggle For Power: the American Revolution, Times Books, 1996, pp. 111-119.

32 Gordon S. Wood, op. cit., pp. 338-339.

33 Ver Jonathan Aitken, Nixon: A Life, Reguery Publishing, Washington dc, 1993, pp. 428 e 429. Aitken cita Harold MacMillan que, comentando as palavras de Nixon no dia 6 de Julho de 1971, em Kansas City, afirmou que ele tinha invertido o comentário de George Canning: «I have brought the new world into existence to redress the balance of the old». Nixon teria, segundo ele, «brought the oldest civilization back into the game to redress the new Russian Empire».

34 Há aqui uma ressonância do célebre discurso de Kennedy em 26 de Setembro de 1963, em Salt Lake City, no qual recordou que a posição de liderança americana «was thrust on us by events», pelo que a segurança do país seria melhor servida «através da preservação e protecção de um mundo de diversidade, no qual nenhum poder ou combinação de poderes possa ameaçar a segurança dos Estados Unidos». Ver Richard Reeves, President Kennedy: Profile of Power, Simon and Schuster, New York, p. 606.

35 Op. cit., p. 29.

36 Como afirma Martin Walker – ver nota 25 – «The new virility symbols are exports and productivity and growth rates, and the great international encounters are the trade pacts of the economic superpowers». E nota que as exportações norte-americanas representaram, em 1995, 12% do seu Produto Nacional Bruto, contra 9,5% no Japão, em idêntico período. De notar também outro índice: entre 1986 e 1992, o superavit dos Estados Unidos na exportação de bens e serviços passou de cinco para cinquenta e oito mil milhões de dólares, estimando que possa atingir no corrente ano a meta dos oitenta mil milhões de dólares.

37 Bob Woodward conta como Clinton terá enveredado por apoiar a nafta, uma decisão difícil não só por o acordo ter sido negociado por George Bush, mas também pela

oposição das organizações laborais, cujo apoio era tido como crucial nos Estados de Michigan e Ohio. São dele as seguintes palavras (op. cit., p. 55): «...he decided to endorse it, based on raw political calculation. Stephanopoulos, Carville and Greenberg had argued that an endorsement would put Clinton and Bush on the same side, remove the issue from the table, and neutralize it. The campaign could then remain focused on domestic issues. Clinton would make his support contingent on acceptable side agreements with Mexico and Canada on environmental protection and worker safety. That way... Clinton... could use the side agreements as a pretext for bailing out on the treaty». O modo decisivo como lidou com a crise do peso mexicano revelou a importância que Clinton hoje atribui à nafta, bem como a relevância objectiva desta para os próprios Estados Unidos. Os itálicos são nossos.

38 Em essência, um paliativo para os países latino-americanos que não integram a nafta, e uma forma de demonstrar à Europa que a Doutrina Monroe não é ainda uma letra completamente morta. Esta iniciativa de 1994 foi continuada no ano seguinte por via do Denver Trade Ministerial and Commerce Forum, destinado a debater a liberalização do comércio e a facilitação dos negócios nas Américas.

39 Parece correcta a perspectiva daqueles que afirmam que a Asia Pacific Economic Cooperation (apec) foi inicialmente entendida mais como uma espécie de ocde para o Pacífico do que como o embrião de um novo bloco comercial. Todavia, no seu segundo fórum, os dirigentes da apec estabeleceram como um objectivo, a alcançar até 2020, o estabelecimento no seu seio de uma zona de comércio livre.

40 Ver programa do Partido Democrata para as eleições de 1992, p. 12. Leia-se também, a propósito, os seguintes documentos: Defense Industrial Security, Weaknesses in U.S. Security Arrangements With Foreign-Owned Defense Contractors, um relatório do United States General Accounting Office (gao), de Fevereiro de 1996; e Economic Espionage: Information on Threat From U.S. Allies, um testemunho de David E. Cooper (Associate Director, Defense Acquisition Issues, National Security and International Affairs Division) perante o Select Committee on Intelligence do Senado, também publicado pelo gao, em Fevereiro de 1996.

41 Utilizo aqui, com a devida vénia, uma tradução possível do título do romance East is East, de T. Coraghessan Boyle, publicado pela Penguin Books, em 1990. Obviamente, esta obra de ficção nada tem a ver com este estudo, mas o título parece-me sugestivo por poder condensar aquilo que penso ser a atenção específica que os norte-americanos devotam à Ásia.

42 Palavras proferidas num discurso na Asia Society, em New York, em 13 de Abril de 1994. Os números são enganadores, visto que os Estados Unidos têm tradicionalmente um superavit no seu comércio com a Europa, ao contrário daquilo que sucede com a apec, sendo também de realçar o facto de o grosso dos lucros das empresas norte-americanas no exterior ainda provir do Velho Continente, e não dos dragões asiáticos. Para não referir já a desproporção entre o nível de investimentos de empresas norte-americanas na Europa e o de empresas europeias no Novo Mundo, e idênticos fluxos entre os Estados Unidos e a Ásia.

43 O programa do Partido Democrata na campanha de 1992 referia expressamente, na sua página 14, que se deveria «condicionar» a concessão de benefícios comerciais a Pequim ao seu respeito pelos direitos humanos «na China e no Tibete» (claramente

diferenciados), a uma maior abertura do mercado chinês a bens norte-americanos, e ainda a uma «conduta responsável» do país em matéria de proliferação de armamentos.

44 Henry Kissinger escreveu, num artigo publicado no International Herald Tribune, em Março de 1994, com o título «A Constructive, Long-Term Chinese-US Relationship», o seguinte: «To base Chinese-U.S. relations entirely on progress toward human rights will therefore mortgage both the underlying relationship as well as progress on human rights. It is also a distortion of reality, since American objectives go beyond the promotion of human rights». E notava que Pequim necessitaria de Washington para equilibrar o seu relacionamento com vizinhos poderosos – o Japão, a Rússia e a Índia – pelo menos enquanto não fosse suficientemente forte para o fazer de forma isolada. Quanto aos Estados Unidos, precisariam da China para assegurar a sua cooperação na evolução pacífica do futuro de Taiwan, no domínio da não-proliferação (Coreia do Norte) e no da transferência de tecnologia para o fabrico de armamentos. Para uma análise do «approach» dos Estados Unidos à China e restante região em que ela se insere, leia-se também o perspicaz ensaio de Carlos Gaspar, «A Emergência da Ásia Oriental», Política Internacional, vol. 1, n.º 10, Inverno 1994-1995, em especial, pp. 150-151.

45 The White House, Fevereiro de 1996, U.S. Government Printing Office. A citação é extraída das pp. 40-41.

46 Há quem considere errada esta estratégia, contestando o relatório United States Security Strategy for the East-Asia Pacific Region, assinado por Joseph S. Nye, Assistant Secretary of Defense. Contestam a orientação da Administração neste domínio, Chalmers Johnson e E. B. Keehn, «East Asian Security: The Pentagon's Ossified Strategy», Foreign Affairs, vol. 74, n.º 4, Julho/Agosto de 1995.

47 Inspiro-me neste capítulo no título de uma novela de William S. Burroughs, The Western Lands, Viking, New York, 1987. Não há, evidentemente, qualquer relação entre aquela obra e este estudo, nem o capítulo constitui uma tentativa de tradução daquele título.

48 Discurso supracitado, p. 8.

49 Richard Holbrooke, «A European Power», Foreign Affairs, vol. 74, n.º 2, Março/Abril de 1995, pp. 38-51.

50 Detroit, p. 9.

51 Uma expressão feliz de Arthur Schlesinger Jr., constante do artigo «Back to the Womb? Isolationism's Renewed Threat», Foreign Affairs, vol. 74, n.º 4, Julho/Agosto de 1995, p. 5.

52 Detroit, p. 9.

53 Idem, p. 11.

54 O momento escolhido para o alargamento poderia muito bem ter sido inspirado em Zbigniew Brzezinski que, no ensaio «A Plan For Europe», Foreign Affairs, vol. 74, n.º 1, Janeiro/Fevereiro de 1995, pp. 26-42, defendia o alargamento, ao aproximar-se o 50.º aniversário de Ialta, para se precludir uma hipotética repetição desta. Notaria também que Detroit se situa na zona dos grandes lagos norte-americanos, região onde vivem largas comunidades originárias do Centro e Leste da Europa.

55 Detroit, p. 12.

56 Idem, ibidem.

57 Idem, p. 9.

58 A paternidade do conceito foi atribuída pela imprensa norte-americana ao Secretário da Defesa, William Perry. Clinton e Yeltsin preferiram o termo «parceria estratégica», na Declaração Conjunta Russo-Americana, assinada em Moscovo em Janeiro de 1994. Na altura, ainda sem ter atravessado o deserto da Chechénia, a Rússia alimentava o sonho de um condomínio global – ou pelo menos, restrito ao «ex-glacis» protector do Leste da Europa – com os Estados Unidos. Mas já então Brzezinski, o eterno desconfiado, preferiu qualificar os elos entre os dois Estados como uma «parceria prematura». Ver Zbigniew Brzezinski, «The Premature Partnership», *Foreign Affairs*, vol. 73, n.o 2, Março/Abril de 1994, pp. 67-82.

59 Strobe Talbott criticou a Administração Bush por ter cometido o erro de polarizar as relações com Moscovo em torno de Gorbachev, ignorando Yeltsin. «If Gorbachev was the mask of Russia and Yeltsin his real face, Bush preferred the mask». Ver Michael R. Beschloss e Strobe Talbott, *At the Highest Levels: the Inside Story of the End of The Cold War*, Little Brown, 1993, p. 471.

60 Detroit, p. 9. Os itálicos são nossos.

61 Idem, ibidem. A citação imediatamente seguinte cabe também nesta nota.

62 Será curioso assinalar o facto de Christopher ter passado a manhã do dia 1 em Lisboa, parte da tarde e noite em Madrid, assim como a manhã seguinte. Este procedimento tem sido repetido várias vezes por altos funcionários norte-americanos, parecendo evidente que Washington olha para a Península Ibérica como um todo em termos estratégicos, e tem um conhecimento razoável de algumas das «sensibilidades» portuguesas e espanholas. Cabe-nos tirar desse facto as devidas conclusões.

63 Charting a Transatlantic Agenda for the 21st Century, Adress by Secretary of State Warren Christopher, Casa de America, Madrid, Espanha, 2 de Junho de 1995.

64 Idem. O itálico é nosso.

65 António Vitorino, «Uma Questão de Credibilidade: a Participação Portuguesa na ifor», *Política Internacional*, vol. 1, n.o 12, Primavera-Verão 1996, p. 88.

66 Uma vez mais inspirei-me no título – que também não tive a pretensão de traduzir – de uma obra de ficção completamente alheia a este trabalho. Trata-se de um magnífico escritor norte-americano, Charles Bukowski, e do seu livro *Tales of Ordinary Madness*, publicado pela City Lights Books, San Francisco, 1967.

67 Neste domínio recomendo a leitura do documento *Proliferation: Threat and Response*, Office of the Secretary of Defense, Abril de 1996, U.S. Government Printing Office.

68 Ver *Ballistic Missile Defense Program*, News Release, Office of the Assistant Secretary of Defense, 16 de Fevereiro de 1996. E também o documento referido na nota 45, p. 5.

69 «Mad» era o acrónimo de Mutual Assured Destruction. Também, apropriadamente, significa «louco».

70 Julgo ser o início do refrão da música tocada no final do filme *Dr. Strangelove*, de Stanley Kubrick, tendo como pano de fundo os «cogumelos» produzidos por várias explosões atómicas.

71 Ver Robert S. Chase, Emily B. Hill e Paul Kennedy, «Pivotal States and U.S. Strategy», *Foreign Affairs*, vol. 75, n.o 1, Janeiro/Fevereiro de 1996, pp. 33-51.

72 Ver p. 44.

73 Autor do livro *Earth in the Balance*.

74 A designação é de Michael Mandelbaum, «Foreign Policy as Social Work», *Foreign Affairs*, vol. 75, n.º 1, Janeiro/Fevereiro de 1996, pp. 16-32.

75 *Idem*.

76 Num artigo publicado em 1994 pelo *International Herald Tribune*, com o título «Clinton's Good Intentions Won't Get Us Through 94». Enganou-se.

77 Documento citado na nota 73, pp. 22-23.

78 *Idem*, p. 23. O itálico é nosso.

79 Ver Nuno Filipe Brito, «Para a Acta: o Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América», *Política Internacional*, vol. 1, n.º 11, Primavera-Verão de 1995, pp. 135-157.

80 Ver «A Relação Transatlântica: Uma Reflexão Pessoal», intervenção de S. Ex.ª o Ministro dos Negócios Estrangeiros no *American Club*, 24 de Janeiro de 1996.

81 Apetece citar integralmente o refrão da canção «I can't get no satisfaction», dos *Rolling Stones*. Mas contenho-me.

82 O essencial daquilo que exponho neste ponto consta também de uma intervenção minha subordinada ao tema «As Relações entre Portugal e os eua», proferida em 22 de Agosto do corrente ano, num seminário organizado pela Associação Portuguesa do Atlântico, na Base das Lajes.

83 O Acordo para evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal é um excelente exemplo na continuidade e consensualidade da política externa portuguesa relativamente aos Estados Unidos: assinado por Durão Barroso em Washington, em 1994, após cerca de trinta anos de negociações, viu os seus instrumentos de ratificação confirmados e trocados por Jaime Gama no corrente ano. Este elemento de estabilidade na política externa de Portugal contribuirá, certamente, para dar bons frutos em Washington, nomeadamente se acompanhado por uma adequada organização política da comunidade luso-americana.

84 «That was it. Two words about home in a speech about the world», Richard Reeves, *op. cit.*, p. 39.

85 A insinuação de sonambulismo político foi dirigida a Reagan por Haynes Johnson, na obra *Sleepwalking Through History: America in the Reagan Years*, Anchor Books, Doubleday, 1992 (a edição original data de 1991 e é da W. W. Norton & Company).

86 Ver *Common Sense*, Penguin Books, edição de 1986, p. 63.

87 *Idem*, p. 87.